

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Cultura do Porto

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas dez horas, reuniu na Sala das Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Cultura do Porto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, cumprimentou todos os presentes.

Agradeceu a presença do Senhor Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, Dr. Eduardo Vítor Rodrigues. Explicou a presença do Senhor Presidente do Conselho Metropolitano pelo facto das matérias fundamentais necessitarem de esclarecimentos sobre a possibilidade ou impossibilidade de utilização de fundos comunitários, que são da competência da Área Metropolitana.

Agradeceu também a presença do Senhor Presidente da Assembleia Geral dos Amigos do Coliseu, Dr. Alberto Amorim Pereira e também da Senhora representante da AGEAS, que é um dos principais associados e mecenas do Coliseu.

Aberta a reunião verificou-se estarem presentes os seguintes Membros:

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**
- O Presidente da Assembleia Municipal, **Miguel Pereira Leite;**
- A Diretora do Departamento Municipal de Gestão Cultural, **Sofia Alves;**
- O Diretor Artístico de Arte Contemporânea e Cinema da ÁGORA, E.M., **Guilherme Blanc;**
- O Diretor Artístico do Teatro Municipal do Porto, **Tiago Morgado Guedes;**
- O Diretor Artístico do Museu da Cidade, **Nuno Faria;**
- A Diretora Geral da Unidade Orgânica da Cultura da ÁGORA, E.M., **Francisca Fernandes;**
- A representante da Academia Contemporânea do Espectáculo / Teatro do Bolhão, **Glória Cheio;**
- A representante do Balletatro Escola Profissional, **Manuela Barros;**
- O representante da Casa da Música, **Paulo Sarmiento e Cunha;**
- O representante do Coliseu do Porto, **Eduardo Paz Barroso;**
- O representante da Direção Regional de Cultura do Norte, **António da Ponte;**
- O representante da Escola Artística de Soares dos Reis, **Nuno Sousa Lucena;**
- O representante da Escola das Artes da Universidade Católica, **Luís Teixeira;**
- A representante da Escola Superior Artística do Porto, **Maria Eduarda Neves;**
- O representante da Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo, **António Augusto Aguiar;**
- O representante da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, **Carlos Guimarães;**
- A representante da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, **Lúcia Almeida Matos;**
- O representante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, **Orfeu Bertolami;**
- O representante da Fundação de Serralves, **Manuel Ferreira da Silva;**
- A representante do Teatro de Marionetas do Porto, **Isabel Barros;**

- **Alexandre Alves da Costa;**
- **Carla Miranda;**
- **Gabriela Vaz-Pinheiro;**
- **Gonçalo Amorim;**
- **Joaquim Moreno;**
- **Luísa Sequeira;**
- **Manuela Matos Monteiro;**
- **Paulo Vinhas;**
- **Suzana Ralha;**
- **Vânia Rodrigues.**

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Deliberação de recomendação à Associação dos Amigos do Coliseu do Porto, acerca da melhor solução para a reabilitação e funcionamento do Coliseu do Porto.

Intervenções:

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**
Começa por dizer que se regressa ao tema do Coliseu que foi discutido no último CMCP, porque houve um conjunto de pessoas que manifestaram interesse em que este assunto voltasse a ser discutido. Esclarece que o CMCP não irá deliberar sobre o futuro do Coliseu, pois isso compete à Associação dos Amigos do Coliseu. Afirma que é importante que a Câmara Municipal do Porto, enquanto parceiro, ouça o CMCP sobre aquilo que devem ser as orientações. Passa a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, Dr. Eduardo Vítor Rodrigues, que irá falar sobre a possibilidade ou impossibilidade de utilização de fundos comunitários, que são da competência da Área Metropolitana.
- O Presidente da Área Metropolitana do Porto, **Vítor Rodrigues;**
Cumprimentou todos os presentes.
Refere que está presente neste CMCP na condição de Presidente do Conselho Metropolitano que aglutina 17 municípios. Acrescenta que em primeiro lugar, levanta-se aqui uma questão jurídica, legal, uma dúvida, que tem sido esclarecida, quer pelo Tribunal de Contas, quer pela IGF, relacionada com a forma de financiamento dos municípios a entidades que são participadas pelos próprios municípios confirmando essa impossibilidade legal. Informa que na próxima reunião do Conselho Metropolitano, há um ponto na ordem de trabalhos que deliberará a sobre a participação dos municípios no Coliseu, esclarecendo que a AMP não é mais do que um aglomerado de municípios, que depende dos orçamentos municipais e das transferências municipais para as suas múltiplas funções, não tendo orçamento próprio. Qualquer participação financeira da AMP não seria mais do que uma participação

distribuída, proporcionalmente, entre os diversos municípios. Informa que encetou contactos com alguns municípios no sentido de perceber a disponibilidade para uma participação financeira direta da AMP no Coliseu, e será difícil obter esta comparticipação via AMP, explicando que os Municípios têm, no imediato, outras preocupações.

Quanto à questão dos Fundos, não estão neste momento abertas candidaturas, nem se prevê que aconteça. Acrescenta que as candidaturas estão todas publicitadas, o prazo de abertura e a distribuição dos financiamentos estão todas divulgadas nos sites institucionais das autoridades de gestão.

Continua a explicar o facto de não haver uma candidatura aos Fundos Comunitários.

Conclui que os orçamentos municipais são escassos para cumprir os objetivos de cada um no seu território, e quando há alternativas que são igualmente seguras, igualmente sérias, não há razão para estar a pedir aos municípios aquilo que eles não podem dar.

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**

Agradece a intervenção do Presidente da AMP.

E refere que o esclarecimento feito pelo Presidente do Conselho Metropolitano foi muito importante. Continua, referindo que a AMP, pelas razões invocadas, não estará disponível para entrar com a sua quota-parte num eventual investimento público, o mesmo foi confirmado pela Senhora Ministra da Cultura o que significa que das três entidades públicas envolvidas, como grandes parceiros do Coliseu, a única que teria disponibilidade para o fazer seria Município do Porto, na sua parcela, como inicialmente foi prevista. Para aquele equipamento havia três preocupações fundamentais, uma era a vocação do Coliseu, e essa vocação, pode-se garantir através de uma concessão, a segunda, garantir a existência da Associação dos Amigos do Coliseu com uma programação própria, e a terceira, a questão dos trabalhadores. Foi nesse sentido que foi apresentado o modelo de concessão. Afirma que a decisão não é uma decisão tomada pelo CMCP, nem pela CMP, nem pelo executivo municipal.

- O representante da Direção Regional de Cultura do Norte; **António da Ponte;**

Cumprimentou todos os presentes.

Confirma que pode deixar expressa a posição do Governo que o Senhor Presidente da Câmara do Porto acabou de transmitir, mas acrescenta que, em conversa que teve com a senhora Ministra da Cultura sobre o assunto, o Governo mantém a posição de preferir a solução que estava equacionado, e que já foi já anunciada pelo Senhor Presidente da Câmara do Porto, que passa pela concessão para a intervenção e concessão de exploração da sala.

- O representante do Coliseu do Porto, **Eduardo Paz Barroso;**

Cumprimentou todos os presentes.

Começa por dizer que vai aproveitar esta oportunidade para deixar nesta reunião, algumas ideias que lhe parecem importantes recuperar.

1. A Associação dos Amigos do Coliseu reúne poderes públicos e privados, entes coletivos e pessoas singulares em torno de um objetivo comum. É desejável que os associados discutam as suas ideias e opções de forma construtiva, pois todos visam e pretendem concorrer para um mesmo fim, requalificar o edifício do Coliseu, permitir a continuação da sua atividade como espaço plural;
2. A Direção em que estão representados os poderes públicos e os privados tem como missão legal e estatutária executar a vontade da Associação, definida pelos associados democraticamente em Assembleia Geral, terá que implementar e dar corpo às decisões que os associados chegarem a tomar, isto sem prejuízo de ter sempre promovido esse diálogo e concertação de esforços entre os associados, e também diligenciado, quer por diagnóstico do estado do edifício, quer pelo estudo e análise dos vários cenários e soluções que, ao longo do tempo foram sendo apontados como viáveis ou possíveis, no que versa esse objetivo que a todos une.
3. É importante frisar que a atividade intensa que a Associação tem levado a cabo nos últimos anos é essencial para a sua própria existência e prossecução dos seus fins, pois a Associação não beneficia de apoios financeiros estáveis e regulares à sua atividade, e mesmo os apoios temporal e quantitativamente certos de que dispõe, resultam de compromissos por si assumidos.
4. Seja qual for o caminho que os associados venham a decidir, como sendo o mais adequado e/ ou possível para a realização das obras de reabilitação de que o edifício tanto carece, é imperativo que tal solução seja trabalhada e concretizada no que respeita aos tempos da sua implementação, por forma a permitir evitar ou, no mínimo minorar, custos decorrentes de incumprimentos contratuais e sempre assegurar que a associação honre os compromissos que assumiu.
5. Neste momento, a atividade do Coliseu está bloqueada, vive-se um impasse grave e insustentável por falta de definição quer da solução quer do tempo em que a mesma vai ser executada. Os pedidos de reserva de sala quer para o segundo semestre deste ano, quer para 2021, são diários, e estão várias dezenas pendentes de resposta.
6. O impasse e a indefinição abrange ainda as produções próprias da associação, não só as produções do plano de atividades do Ministério da Cultura, com destaque para a ópera e o circo. Este impasse afeta a estabilidade e o bem-estar dos colaboradores.
7. A urgência das obras está há muito identificada. É um facto que esta urgência se encontra calendarizada no estudo de diagnóstico encomendado pela Associação e que foi anunciada a todos os associados na Assembleia Geral de Abril de 2019. Segundo esse estudo, em 2020/21, estavam calendarizados ante projetos, projetos, fiscalizações, pareceres da DGPC, concursos e a obra começaria em Janeiro de 2022.
8. É imperativo definirem-se os tempos e o momento em que a sala vai fechar, de forma realista, planeada e controlada, e que permita à Associação honrar os seus compromissos, a sua tradição e

manter o seu bom nome, bem como a projecção sedimentada pela intensa atividade levada a cabo nos últimos anos. Em síntese, todo o capital de trabalho que permitiu credibilizar, sedimentar e enriquecer o Coliseu está agora posto em causa por este impasse.

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**

Inicia dizendo que concorda com o diagnóstico feito por Eduardo Paz Barroso, mas clarifica que a indefinição não compete a este CMCP e, não compete às Câmaras ou à AMP, o impasse existe porque a Associação dos Amigos do Coliseu, por razões perfeitamente legítimas, não conseguiu encontrar a solução. Manifesta a opinião que é preciso resolver o assunto, é preciso salvaguardar o equipamento, é preciso salvaguardar os direitos dos trabalhadores, é preciso salvaguardar a Associação, é preciso salvaguardar os compromissos. Acrescenta que se se lançar o modelo de concessão proposto, através de um concurso público para a concessão, esse procedimento nunca demorará menos do que 7 ou 8 meses e o próprio programa do concurso deverá definir um conjunto de prazos.

- O representante do Coliseu do Porto, **Eduardo Paz Barroso;**

Quer acrescentar uma nota brevíssima ao já foi dito. Dirigiu-se a este CMCP apenas no sentido de dar informação.

- **Carla Miranda;**

Começa por cumprimentar todos.

Confessa que já se sente bastante mais esclarecida sobre este assunto, e este é uma assunto que merece ser debatido, novamente, porque já foi um confronto que a cidade teve consigo própria, em outros tempos.

Pareceu-lhe interessante que na última reunião sobre este tema, em que não esteve presente, se reunissem o CM de Cultura e o CM de Economia e equaciona, no geral, porque é que o CM de Economia também não foi convidado para a presente reunião.

Questiona, e gostaria de perceber, porque é eu ainda não se realizaram algumas obras no Coliseu, como por exemplo no telhado, para que o bolo financeiro que são 8 milhões, fosse menor.

Acrescenta que também se chegou a debater o facto de a Ágora poder vir a solucionar este problema, gostaria de perceber o que se passou para essa possibilidade já não ser equacionada.

De seguida, questiona sobre a existência de tantos equipamentos culturais na cidade e sobre a sua programação, dando o exemplo do Rosa Mota.

Faz referência ao Capitólio, em Lisboa, que é património da Câmara e esta realizou as obras e depois fez o um concurso de concessão de programação por 5 anos.

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**

Vai iniciar por responder à questão sobre o Capitólio. A Câmara Municipal de Lisboa reabilitou o Capitólio e depois concessionou-o, considerando que as atividades de um equipamento como aquele podem ser concessionadas garantindo, no caderno de encargos, quais são as atividades que podem ser realizadas ou não.

De seguida, refere que a cidade tem hoje uma procura e uma maturidade que lhe garantem públicos para todas as atividades. A existência do Rosa Mota não reduziu a procura de espetáculos para o Coliseu.

Sobre a questão das obras do telhado ou outras obras urgentes, algumas obras de manutenção têm sido feitas, explica que a substituição do telhado implicaria fechar o edifício durante algum tempo, e as patologias que existem não são só apenas a nível do telhado, há muitas outras que são assinaladas pelo Professor Vasco Freitas no estudo que realizou.

Sobre a questão da Ágora, o que foi evocado foi a eventualidade de trespasses, pois era a única forma do Município intervir, e explica porque deixou de ser viável.

- O representante da Direção Regional de Cultura do Norte; **António da Ponte;**
Fala sobre a questão dos Fundos enquadrados no Quadro Norte 2020. Desde o início, foi detetada uma grande insuficiência de fundos comunitários para o Património Cultural, a dotação global rondou os 50 milhões de euros, e as candidaturas tiveram um limite orçamental. Numa primeira fase, o limite orçamental era de 2,5 milhões de euros, e na última fase, um limite orçamental de 1 milhão de euros, o que dificulta a afetação de 8,5 milhões de euros, que é o valor aqui em causa, claramente fora da regulamentação que está em vigor.
- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**
Reafirma que as candidaturas estão limitadas a 1 milhão de euros.
- O representante da Direção Regional de Cultura do Norte; **António da Ponte;**
Acrescenta que nesta última fase de candidatura foi limitado a 1 milhão de euros o montante máximo de investimento, e limite de 2 candidaturas, máximas, por NUT3.
Refere que com base na sua experiência, uma intervenção no telhado não é só uma intervenção no telhado, implica um reforço estrutural, climatização, uma série de outras intervenções.
- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**
Acrescenta que a Associação dos Amigos do Coliseu nunca conseguiu retirar da exploração os recursos necessários para a intervenção. Quando o professor Paz Barroso entrou na Associação, esta tinha importantes dívidas à banca, e esta direção conseguiu resolver a situação. Em termos de exploração corrente, as questões foram resolvidas através de contratos de mecenato, apoios, o AGEAS. O que não se conseguiu foi a margem necessária para o reinvestimento.

Reitera a importância de definir no Caderno de Encargos as condições mínimas necessárias para os potenciais concessionários, estes têm de garantir as condições base, já definidas na última reunião. Por um lado, garantir que a Associação dos Amigos do Coliseu fique residente, e tenha possibilidade de organizar aquilo que são as atividades próprias, que os postos de trabalho são garantidos, quer durante o período de concessão, quer durante o período das obras, e garantir todos os contratos existentes, nomeadamente com a AGEAS.

Respondendo à questão da programação até o fim do ano, que o Senhor Presidente da Associação dos Amigos do Coliseu colocou, não parece que exista algum problema, mas deverá ser a Associação dos Amigos do Coliseu a definir se pretende lançar este modelo, e aí poderá definir prazos.

Respondendo por que não foi convocado, desta vez, o Conselho Municipal de Economia, foi porque se achou que não havia necessidade para tal. O CM de Economia foi auscultado, na última reunião, quanto ao modelo proposto para o Coliseu. O sentido de convocar o CM de Economia foi para perceber se o modelo proposto seria razoável e exequível do ponto de vista económico.

- O representante da Fundação de Serralves, **Manuel Ferreira da Silva;**

Refere que foi um dos primeiros associados da Associação dos Amigos do Coliseu. Na altura encontrou-se uma solução financeira que permitiu a aquisição por uma Associação, que foi constituída com os estatutos elaborados pelo Dr. João Vieira de Castro que teve a preocupação de blindar, com os estatutos, novas tentativas de aquisição que pudessem haver. Daí estarem cinco membros na Direção, sendo que três são nomeados, e não eleitos, pela Câmara, pela AMP e pelo Governo.

Refere o valor simbólico e arquitetónico do Coliseu, obra de Cassiano Branco e José Porto.

Foi surpreendido com o valor de 8,5 milhões de euros, e a questão que quer colocar é que se há alguma componente de investimento público, lançando um concurso com os pontos que o Senhor Presidente previamente enumerou, e até que ponto não se irá voltar a discutir esta situação.

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**

Está convencido que não é preciso investir 8,5 milhões, mas isso irá deixar para apreciação dos concorrentes. No estudo do professor Vasco Freitas, há uma parte de patologias que devem ser corrigidas, e devem estar como condição no Caderno de Encargos, depois há outras opções, por exemplo a substituição das cadeiras,... Acha que a correção de patologias não custará 5 milhões de euros, o resto estará relacionado com escolhas de quem possa vir a concorrer.

Alerta que qualquer intervenção no edifício necessita de aprovação da DGPC, o que garante a preservação dos elementos fundamentais do edifício.

Reafirma a posição do MP que está disponível para pagar os 35%, aquilo que estava previsto no modelo Ágora, mas não sabe como podem fazer, pois não se sabe onde se pode ir buscar o resto do investimento.

- **Vânia Rodrigues;**

Refere que tem sido uma discussão bastante esclarecedora, mas não se sente confortável com a votação que se propõe, e por inclinação pessoal, prefere abster-se.

Também acha que o CMCP é um órgão que não deve deliberar sobre estas situações. As discussões que têm no CMCP não têm a maturidade para chegar a esse ponto, poderão lá chegar, e a própria natureza do órgão ganha ao manter uma equidistância com as decisões que o Executivo venha a tomar. Esta é uma plataforma de confronto plural e de esclarecimento de assuntos que se relacionem com a vida cultural da cidade.

Sobre o assunto do Coliseu, a questão de urgência das obras é um óbice demasiado grande para a consideração das alternativas. O Eduardo Paz Barroso diz que não se trata do perigo de ruína iminente, há muitas vozes que alertam para a dimensão do perigo

- O representante do Coliseu do Porto, **Eduardo Paz Barroso;**

Interrompe, acrescentando que não é ele que diz, mas sim a proteção civil.

- **Vânia Rodrigues;**

Continua, dizendo que a urgência ganha prioridade face a outras alternativas que poderiam ser analisadas. Acrescenta, que no nosso país parece haver, em matéria de cultura, só duas possibilidades, a total manutenção na esfera pública ou a concessão a privados, passando os equipamentos para a esfera comercial. Afirma que em outros países se têm feito tentativas público-privadas, cívico-públicas, inúmeros modelos de gestão de equipamentos em que o investimento privado é bem-vindo. É necessária uma atualização de modelos de gestão para futuro, para garantir a sustentabilidade.

Preferia que se discutissem ideias, soluções e depois de que forma essa ideia vai de encontro à lei.

Por último, quer deixar uma nota muito curta sobre o desconforto face à conferência de imprensa que existiu no final da última sessão, percebe, e refere que Senhor Presidente explica na carta que acompanhou a presente convocatória, que o fez com o intuito de tornar público e transparente o debate sobre o Coliseu, percebe a justificação, mas não quer deixar de manifestar esse desconforto porque acha que o CMCP deve manter uma equidistância.

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**

Começa por explicar como surge o CMCP, que tem uma função de aconselhamento e serve para ouvir as opiniões mais divergentes, mais críticas ou mais concordantes. O Conselho aconselha o Executivo a tomar certas medidas, podendo o Executivo segui-las, ou não. Acrescenta que como Presidente tem a obrigação de informar a cidade do que está a acontecer, e de colocar na Comunicação Social os temas que estão a ser tratados. Refere que o CMCP é público. Esclarece dizendo que não fez nenhuma intervenção à Comunicação Social dentro do CMCP, mas num equipamento municipal, depois do CMCP

ter acabado e ter saído, e fê-lo acompanhado por dois dos diretores da Associação dos Amigos do Coliseu. As declarações prestadas foram um esclarecimento à cidade, que permitiu a discussão, e que conduziu à convocatória deste segundo CMCP.

- **Carla Miranda;**

Intervém dizendo que não esteve presente na última reunião do CMCP, mas teve a sensação, através do que saiu na Comunicação Social, que não havia alternativa para o Coliseu.

Refere que felizmente houve alguma discussão após isso, que foi pública. Julga que a cidade deveria ser convocada para esse debate, que deveria ser público. Essa discussão deveria ser o mais alargada possível.

Acrescenta que concorda com Vânia Rodrigues e que o CMCP não é um órgão deliberativo

Refere que participou em poucas reuniões do CMCP, e numa delas fez algumas propostas relacionadas com espaços de divulgação.

Em várias partes do mundo existem Conselhos Municipais, e este é um órgão que monitoriza, avalia, dispõe, dialoga com os elementos da Câmara, mas tem um documento base, tem um plano estratégico. Alerta para a falta dessa documentação. A existência de documentação seria uma mais-valia para a dinamização e discussão do CMCP.

Uma outra questão prende-se com o modo de funcionamento do CMCP.

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**

Responde dizendo que se está a trabalhar na Agenda Cultural, que ajudará na matéria da divulgação. Sobre a questão do funcionamento relembra que os Conselheiros podem trazer para discussão os pareceres e os documentos que entenderem.

Sobre o Coliseu esclarece que o que foi dito no CMCP não era impositivo, o que foi comunicado ao CMCP é que não vislumbravam outra alternativa, sendo a decisão, sempre, da Associação dos Amigos do Coliseu.

Acrescenta que pareceu útil reunir o CMCP porque, em primeiro lugar, alguns dos Conselheiros pediram para voltar a este tema, após publicação de alguns artigos na Comunicação Social. A posição do CMCP não condiciona, pois quem tem de deliberar é a Associação dos Amigos do Coliseu.

- O representante da Casa da Música, **Paulo Sarmento e Cunha**

Começa por agradecer esta segunda oportunidade e esta hipótese de reflexão.

Refere que a Associação dos Amigos do Coliseu é uma parceria público-privada e sintetiza o que é a vontade da Câmara Municipal, do Estado e do proprietário, que são as principais pessoas que instituíram a Associação.

A Associação não teve a capacidade, e é impossível de o fazer, de encontrar uma atividade para cumprir, integralmente, a vocação que tem. Consegue arranjar uma atividade que gera riqueza para a sua atividade de operação, não consegue fazê-lo para cuidar do edifício.

De reunião que tiveram, pareceu-lhe que as pessoas estavam satisfeitas com o papel que o Coliseu e a Associação dos Amigos do Coliseu fez como promotor de eventos culturais associados à música e ao teatro, de iniciativa própria como a ópera e o circo, e de residência de algumas instituições.

Afirma que a concorrência não se põe, neste momento, a Casa da Música e o Pavilhão Rosa Mota têm o seu papel, e o Coliseu tem características que não existem nem na Casa da Música, nem no Pavilhão Rosa Mota.

Acrescenta que se se considerar arranjar um parceiro que consiga, melhor que a Associação, de entrar na ação de agente de acolhimento e que consiga dar condições à Associação dos Amigos do Coliseu para continuar a desenvolver a sua atividade, terá de se considerar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara.

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**
Reafirma que essa foi a proposta apresentada, sendo certo que terá de se avançar para a Assembleia. Acha que é importante o CMCP tomar uma posição, embora compreenda que alguns dos Conselheiros se queiram abster.
- O representante da Fundação de Serralves, **Manuel Ferreira da Silva;**
Gostaria de fazer uma sugestão, estando o Presidente da Assembleia Geral do Coliseu presente, que este faça umas diligências, já que a Câmara afirmou que tem 2,5 milhões em orçamento para o Coliseu, para em Assembleia Geral, os Associados terem toda a informação necessária para votar.
- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**
Informa que a CMP irá pedir, com caráter de urgência, uma Assembleia Geral ao Coliseu.
- O Presidente da Assembleia Geral do Coliseu, **Alberto Amorim Pereira;**
Refere que tratando-se de uma Associação as convocatórias para a realização de uma Assembleia Geral podem ser feitas com uma antecedência de 8 dias, não havendo qualquer impedimento para que a Assembleia seja realizada. Acrescenta que, muito em breve, será possível preparar uma convocatória que defina os assuntos a tratar.
- O representante da Casa da Música, **Paulo Sarmento e Cunha;**
Acrescenta que antes das obras pode haver o trespasse da atividade do Coliseu para o futuro concessionário. Acha que se poderá encontrar um modelo em que essa transferência de atividade passe para um privado, e posteriormente, com calma, se analise todo o processo de obras.

Deixa uma palavra de solidariedade a Tiago Guedes.

- **Suzana Ralha;**

Gostaria de deixar uma pergunta a todos, se não se devia conversar um pouco sobre a demissão da Regina (Regina Guimarães)?

Sobre o Coliseu pergunta, também, se não podem haver alternativas, julga que a Vânia falou sobre isso. Se existem alternativas, se podem ser conhecidas, modelos experimentados em outros sítios, se podem, ou não, ter utilidade?

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**

Responde dizendo que sobre a demissão da Regina Guimarães, tudo pode ser discutido. Acrescenta que soube da demissão por um jornalista, e só mais tarde recebe a carta através dos Serviços da Presidência. Entendeu que deveria responder, e assim fez, e também disponibilizar ao CMCP, quer a Carta que Regina Guimarães lhe endereçou, quer a resposta que deu.

Não lhe parece que o pedido de demissão, em si, deva ser avaliado no CMC, pois só tem de ser respeitado, isto sem querer inibir qualquer conversa que queiram sobre qualquer tema.

- O representante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, **Orfeu Bertolami;**

Quer deixar duas observações, primeiro, parece-lhe fundamental que este CMCP seja público, e segundo, a natureza desta matéria exigiu mudar um pouco do que faziam até agora, e exige uma votação. Refere que a carta do Presidente da Câmara do Porto, que acompanhou a presente convocatória, foi importante. Acrescenta que está no CMCP em representação da Faculdade de Ciências e cada vez que tenha de votar, terá de consultar a Direção da Faculdade para uma decisão, e assim o fez.

Reafirma que em todas as vezes que haja existência de uma deliberação, sejam avisados, atempadamente, para informar as pessoas que devem informar.

- O Presidente da Câmara Municipal, **Rui Moreira;**

Antes de colocar à votação as propostas de deliberação, explicou-as e esclareceu que as mesmas eram mutuamente exclusivas.

Colocou à votação a proposta de deliberação n.º 1.

Proposta N.º 1 – “O Conselho Municipal de Cultura recomenda aos Associados dos Amigos do Coliseu do Porto, que aceitem a proposta da Câmara Municipal do Porto, do Governo, e da Área Metropolitana do Porto, para a concessão do espaço, nos termos em que foram apresentados ao Conselho”

Deliberação: Aprovada, sem votos contra, com 11 abstenções, e 13 votos a favor.

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Moreira disse que a Associação Amigos do Coliseu será informada em Assembleia Geral da deliberação tomada.

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara, Rui Moreira** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Cultura do Porto, pelas doze horas.

Redigido aos 11 dias do mês de maio de 2020 por Maria Sofia Huet Bacelar Sá Alves, Diretora do Departamento Municipal e Gestão Cultural.

O Presidente de Câmara Municipal



Rui Moreira